

Coletivo Universidade Popular: *práxis* em disputa junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Ana Paula Ferreira de Melo¹

223

Resumo

O propósito deste artigo será compreender a diversidade de dois grupos do coletivo Universidade Popular (UP), atuante entre 2007 e 2015 no estado de São Paulo. Para tanto, nos utilizamos de arquivos, fotos, entrevistas e textos acadêmicos escritos pelos próprios integrantes. Focalizamos as divergentes orientações de militância dos jovens universitários do coletivo UP, com metodologias educacionais distintas: de um lado, a educação popular freireana, de outro orientações marxistas não-freireanas. As divergências em termos de metodologia educacional vinculam-se ainda às análises concretas da realidade dos anos 2010-2011, sobretudo no que diz respeito ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e às estratégias de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Palavras-chaves: Universidade Popular (UP); MST; educação popular; organização; militância.

¹ Escola Nativa. | anacirculodecultura@gmail.com



Resumen

El propósito de este artículo será comprender la diversidad de dos grupos del colectivo Universidade Popular (UP), activo entre 2007 y 2015 en el estado de São Paulo. Para ello, utilizamos archivos, fotos, entrevistas y textos académicos redactados por los propios miembros. Nos centramos en las orientaciones de militancia divergentes de los jóvenes universitarios del colectivo UP, con diferentes metodologías educativas: por un lado, la educación popular freireana, por otro lado, orientaciones marxistas no freireanas. Las diferencias en términos de metodología educativa también están ligadas a análisis concretos de la realidad de los años 2010-2011, especialmente en lo que respecta al gobierno del Partido de los Trabajadores (PT) y las estrategias de lucha del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).

Palabras clave: Universidade Popular (UP); MST; educación popular; organización; militância.

Abstract

The purpose of this article will be to understand the diversity of two groups from the Universidade Popular (UP) collective, active between 2007 and 2015 in the state of São Paulo. For this, we use files, photos, interviews and academic texts written by the members themselves. We focus on the divergent militancy orientations of young university students from the UP collective, with different educational methodologies: on the one hand, Freirean popular education, on the other hand, non-Freirean Marxist orientations. The differences in terms of educational methodology are also linked to concrete analyzes of the reality of the years 2010-2011, especially with regard to the Workers' Party (PT) government and the struggle strategies of the Landless Rural Workers Movement (MST).

Keywords: Universidade Popular (UP); MST; popular education; organization; militancy.

Introdução

O coletivo Universidade Popular (UP) surgiu durante a greve de 2007 das universidades federais e estaduais do Brasil, opondo-se sobretudo ao decreto do governo José Serra que retiraria a autonomia política e econômica das universidades². Esta greve durou em torno de três meses e contou com a participação dos estudantes. Nesse momento havia diversos coletivos estudantis que discutiam e apoiavam a greve junto aos trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Sobre o decreto do governo José Serra, ver o texto do professor Alvaro Bianchi "Autonomia universitária como projeto: o estado de uma contenda".



Em 2008, o coletivo UP começa a se envolver com o acampamento Elizabeth Teixeira, localizado na cidade de Limeira–SP, e depois passam a atuar em outras áreas do MST, mais especificamente o Assentamento Milton Santos e o acampamento Roseli Nunes³ na cidade de Americana - SP. Com a relação entre o coletivo UP e integrantes do MST dessas outras áreas, a luta foi se intensificando, mas também criando inúmeros conflitos dentro do coletivo. Os conflitos começam a aparecer fortemente com as ideias da frente de comunicação do coletivo UP que passam a conviver intensamente com integrantes radicais do MST.

Segundo José Silva⁴, integrante do coletivo UP, da frente da EJA:

Em 2009 eles procuraram (...), conversaram com um militante da direção nacional do Movimento pra se inserir como formadores do setor de formação do Movimento. Eles trabalharam muito bem, trabalharam bastante em 2010 (...). A gente tinha uma discordância sobre método e a noção de formação de consciência, só que a gente tinha por princípio unidade na ação. Então a legitimidade que a gente conquistou em 2008 e 2009 foi apropriada por esse núcleo aí, que eu vou dizer mais vanguardista, que era UP também. E aí eles se tornaram formadores, se tornaram militantes mesmo, eles tinham peso de dirigentes (...). Passaram a conviver com a direção, e trabalharam bastante no setor de formação e no setor de comunicação, participaram do espaço do Movimento bem orgânico. Rodaram o estado (...). (entrevistado, José Silva, 9 de setembro, 2015).

A frente de comunicação do coletivo UP atuava dentro das áreas com a juventude do MST, elaborando jornais, participando de atividades e reuniões com lideranças do MST. A atuação dessa frente se dava de um modo diferente da atuação das outras frentes do coletivo UP. Ela começa a tomar uma forma que, para alguns membros do coletivo, pode ser considerada como tendo um perfil vanguardista. Para a própria frente de comunicação a ideia de educação popular e a metodologia freireana muitas vezes limitava o trabalho deles na luta com o povo.

³ Áreas ocupada em 2010 por integrantes do MST na região de São Paulo, cidade Americana.

⁴ Os nomes citados nas entrevistas são fictícios, pois não houve autorização de referenciar os verdadeiros nomes por parte dos entrevistados.



O fato é que as práticas das distintas frentes passam a operar com sentidos diferentes. Enquanto um grupo já queria atuar como um grupo de militantes aderentes à estrutura organizacional do MST o outro ainda se considerava “apenas” como um grupo de estudantes, que não deveria procurar direcionar ninguém. Essa última orientação passou a ser forte dentro do coletivo, embora enfrentasse bastante resistência por parte do grupo reunido na frente de comunicação. Ambos os grupos discordavam abertamente nas reuniões internas do UP.

De um lado, argumentava-se a partir da questão de classe, afirmando-se que por não viverem naquele espaço dos Sem Terra as tomadas de decisões não poderiam ser feitas pelo coletivo, mas sim pelos acampados, a base do MST. Por outro lado, ia se dando uma forte aproximação de militância dos integrantes da frente de comunicação com os militantes radicais do MST. Ali estava se dando uma espécie de aliança.

Os conflitos gerados dentro do coletivo UP e do MST a partir das políticas do governo federal em 2010.

Nessa mesma época, no ano de 2010, o momento era de fortes conflitos internos ao MST, em distintas regiões do Brasil. As lutas no campo estavam sendo apaziguadas pelo governo brasileiro, dirigido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O agronegócio crescia e a luta por reforma agrária estava estagnada. Isso era particularmente problemático tendo em vista que no governo anterior, de caráter neoliberal e de oposição aos movimentos sociais, assentou-se mais famílias que durante o governo do PT⁵. Com esse conflito, várias lideranças saem dos movimentos sociais, inclusive lideranças importantes do MST no Estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul. Essas lideranças começaram a criticar fortemente as relações que os movimentos sociais tinham com o governo, culminando com a saída de 51 membros em 2011⁶.

De acordo com o pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o governo do PT faltou ao compromisso com a luta agrária, apoiando o agronegócio. O seu governo deveria, no primeiro mandato, cumprir o Plano

⁵ <https://www.cartacapital.com.br/politica/politica-agraria-do-governo-lula-valorizou-o-agronegocio>

⁶ Ver *Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina)* e o projeto estratégico defendido por elas. <http://passapalavra.info/2011/11/48866>



Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que assentaria 520 mil famílias. Todavia

Na realidade, assentou-se em torno de 220 mil famílias apenas, embora o governo divulgasse dados de mais de 500 mil. Esses dados não correspondem à realidade porque eles somaram como assentamentos novas áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens. (entrevista com Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Revista Carta Capital, 12 de janeiro, 2011).

227

Ainda de acordo com o pesquisador, o governo do PT não fez o que prometeu para os movimentos sociais, que era assentar famílias que estavam em área de ocupação, e não constando que as famílias já assentadas fizessem parte desses números. Além disso, o autor denuncia as políticas de regularização fundiária na Amazônia, coordenadas pelo INCRA, como “legalização da grilagem”, favorecendo o avanço do agronegócio na região. Essa política do governo PT, que estaria em continuidade às políticas de governos anteriores, é apontada pelo pesquisador como um dos fortes motivos que leva a saída dos militantes dos movimentos sociais.

Essas discussões trazidas pelo pesquisador já estavam sendo postas pelos integrantes do MST que estamos aqui qualificando como “radicais” dentro do Movimento. Frente a esses conflitos diversos movimentos sociais que constituem a base de luta do PT começam a se enfraquecer. A incoerência do governo levava diversas lideranças a entrarem em conflito, enfraquecendo os movimentos sociais e inclusive o MST. Gerou-se um enorme desconforto por terem apoiado um governo que vencera as eleições presidenciais com o apoio popular, dos movimentos sociais, mas que passou a fazer a política do agronegócio, gerando riqueza aos donos do latifúndio, colocando terras públicas a favor do privado e fortalecendo a alimentação não saudável no Brasil. Todas essas políticas do governo do PT foram questionadas dentro do MST por militantes que atuaram durante uma vida toda dentro do Movimento.

O contato direto da frente de comunicação com a direção regional do Assentamento Milton Santos⁷ e com a direção da seção regional de São

⁷ Sobre o assentamento Milton Santos, conferir o texto Assentamento Milton Santos: uma luta – por fora e por dentro – da esquerda para garantia do território (1ª parte): <http://passapalavra.info/2014/05/95285>



Paulo permitiu, de certa forma, uma compreensão acerca dos problemas de uma maneira talvez mais clara por estar com uma relação mais próxima com essas lideranças. Enquanto isso, a outra parte do coletivo UP estava mais preocupada com os problemas pontuais do acampamento Elizabeth Teixeira, buscando formas de entender as limitações do acampamento e optando, diante das disputas políticas, fazer um trabalho ligado a questões do cotidiano.

Acreditamos que o que diferenciava os grupos nessas escolhas era o olhar sobre o que era mais urgente para cada um desses grupos do UP. Ao mesmo tempo em que havia uma coerência teórica interna a esses grupos, eles também tinham suas afinidades nas relações com os integrantes do MST. Essas relações interferiam de forma concreta na luta dos dois grupos divergentes.

Gradativamente as linhas teóricas e metodológicas foram se definindo mais claramente dentro do coletivo UP. A frente de comunicação estava dialogando e concordando com a direção do Assentamento Milton Santos, que disputava a orientação política dentro do MST de maneira mais radical contra os chamados “governistas”. Em 2011 a direção desse assentamento estava em intensa luta em defesa da terra conquistada, sofrendo a ameaça de uma reapropriação por parte de uma poderosa família de especuladores de São Paulo.

Já a direção regional do MST em São Paulo seguia outra linha, que defendia o governo do PT. Por sua vez, os membros do UP que estavam frequentemente discordando da frente de comunicação não necessariamente eram favoráveis a esta orientação governista da direção do MST. Não obstante, não se alinhavam com os radicais do MST, que decidiram por uma ruptura completa com o PT.

Com essa divisão, tudo gerava enormes conflitos e contradições. As lutas estavam inteiramente ligadas nessa época a dois lugares com relações bastante distintas tanto com o governo federal comandado pelo PT quanto com o MST. Um era um assentamento e o outro um acampamento do MST. A forte ligação com esses dois espaços de luta foi constitutiva da formação política do coletivo UP no seu cotidiano.

Na opinião de Rosa, da frente de comunicação, faltavam estudos sobre outros temas para entender o Movimento Sem Terra e a conjuntura política da época.



Não era que a gente era contra a leitura dos textos que o pessoal propunha, o que nos incomodava era que fosse só esse tipo de texto sabe. (...) Era Paulo Freire e todos os outros teóricos da área, da educação popular, pensando só na educação popular. Muito na discussão do método pedagógico, não é que a gente achasse isso desimportante, isso era importante e continuo achando agora. Mas se limitava muito a isso, mas que a gente achava que tinha coisas que a gente precisava estudar que a gente não sabia direito, mas que a gente sabia que deveria ser estudado, como a questão agrária, por exemplo, história do MST, é (...) alguma coisa que desse elementos para história da esquerda, do tipo assim, onde que a gente estava se metendo ali? em que momento da história política, econômica, social, que a gente estava intervindo ao passar a estar ali naquele acampamento? (entrevistada, Rosa 02 de fevereiro, 2016).

Com as divergências de linhas políticas, o coletivo vai se dividindo em termos de direcionamento nos estudos e de afinidades dentro do próprio MST. Os vínculos vão se construindo e perpassando os limites de classe, as relações humanas vão ficando mais próximas, de forma que integrantes do UP passam a ser companheiras de luta e da vida de militantes do MST. Para além do trabalho de formação política, chega-se a viver de forma mais íntima com integrantes do MST. Os sentimentos entre algumas pessoas vão se tornando mais pessoais, criando laços mais fortes. Essas relações também foram pontos de muitos conflitos, mas com isso a história vai se construindo, e os conflitos vão aumentando dentro do coletivo UP.

À proporção em que essas relações foram estabelecendo laços afetivos mais fortes nos diferentes grupos com distintas pessoas do MST, entendemos que as correntes de pensamento vão se cristalizando dentro do coletivo. O cotidiano foi dando formas à maneira de cada grupo pensar, sentir e agir.

Para Joana,

Existia muitas divergências né, estudos e influências diversas, o grupo sempre foi bem heterogêneo. Mas assim, eu acho que existia um grupo numa perspectiva mais libertária, mais anarquista, que tinha inclusive uma influência de autores mais clássicos da educação popular também, como Paulo



Freire e Mauricio Tragtenberg. Existia também um outro grupo que era mais marxista, que tinha outras leituras com a sociologia, que tinha uma ligação mais com a sociologia, e que tinha uma perspectiva um pouco mais ligada mesmo à constituição da análise da sociedade brasileira, na análise da economia, um pouco mais ampla, menos associada talvez à educação popular, mas às questões econômicas sociológicas gerais. (entrevistada, julho de 2015, ex-integrante do UP, Joana).

Nessa fala a integrante mostra claramente a sua visão das diferenças dos grupos, identificando variações de identidade política, como libertários, anarquistas e marxistas, pois as leituras teóricas conduziam também às disputas em meio aos diálogos nos espaços do coletivo UP. Contudo, devemos sublinhar que embora não houvesse uniformidade teórica, em diversos momentos obteve-se unidade na prática.

A formação do coletivo Universidade Popular a partir da Greve de 2007 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Com a passagem pela greve e participação dos partidos dentro do movimento grevista em 2007, os estudos acabaram se voltando para a reflexão sobre a realidade do trabalhador brasileiro, da sociedade brasileira, sobre o modelo excludente de educação universitária, entre outros problemas gerados pela nossa sociedade desigual. Com isso os integrantes começam a entender profundamente que a nossa política é extremamente desigual, o povo não tem efetivas escolhas. Como sintetiza a bela frase militante “os nossos sonhos não cabem nas urnas”, recorrente em movimentos sociais no Brasil, o coletivo já enxergava que sem a participação direta do povo nas políticas públicas, nos espaços de trabalho e inclusive na micropolítica da sua vida cotidiana, não haverá sociedade justa.

As principais questões colocadas durante o início do processo de formação do coletivo foram: o que é a centralização dos partidos? O autoritarismo intelectual? A universidade brasileira elitizada? Essas questões estavam sempre sendo retomadas dentro do coletivo, a cada entrada de um integrante do coletivo UP. Cansados do espaço burguês, autoritário tanto pelo poder do conhecimento como também pelas vias do sistema seletivo de classe, os estudantes se rebelaram a partir da greve de 2007 e daí avançaram para dar continuidade à luta popular. Além dos estudos, a busca



pela periferia e pelos oprimidos foi permanentemente pauta de luta do coletivo UP. O coletivo já entendia que trabalhar com a educação popular seria uma escolha por uma educação de luta, e nele a educação popular permaneceu.

No livro *Na Autonomia do Povo o Poder Popular: experiência com educação popular no acampamento Elizabeth Teixeira*, publicado em 2014, mostra-se claramente o perfil da maioria dos membros. Podemos ver que o próprio título do livro evidencia que a educação popular para muitos do UP é essencial para trabalhar com o povo. O coletivo acreditava na autogestão, nas escolhas feitas pelo povo e com o povo. Entendia-se necessário articular o saber da cultura popular com os conhecimentos científicos, ligando a prática de luta que os sem terra têm diante da vida cotidiana com os conhecimentos de formação política teórica. Para os educadores populares, essa formação deve ser relacionada com a prática do povo, deve fazer sentido concreto, não idealizado, sobretudo levando em consideração que não somos nós os verdadeiros oprimidos:

Acreditamos, então, que seja necessário olhar para processos históricos e retomar os princípios da educação popular abandonados ao longo dos últimos anos, inclusive pelos movimentos sociais, na medida em que os mesmos (ou suas direções majoritárias), optaram por um caminho de privilegiar a atuação por dentro e o diálogo (necessário) com o Estado. É a partir desse resgate que tentaremos repensar o trabalho de base junto aos trabalhadores (considerando aqui o sentido ontológico do trabalho) que vivem no campo e da cidade. (artigo, FREITAS e RODRIGUES, s/d, pág. 05)⁸.

É interessante pensar a partir dessa publicação feita por dois integrantes do UP. Há uma necessidade de acreditar na educação popular, que construiu uma história de luta na América Latina, unindo os povos oprimidos, mas que estaria sendo deixada para trás até pelos movimentos sociais. Podemos então reafirmar que a educação popular foi escolhida pelo coletivo UP, ou talvez por uma parte dele, para fortalecer a base do MST no acampamento Elizabeth Teixeira. O UP construiu as suas ideias a partir de seus estudos que lhe indicavam que o trabalho prático com a base do MST

⁸ FREITAS, Fabio et RODRIGUES, Tessy. **O Educador Popular e o Intelectual: reflexões sobre o trabalho de base.** Trabalho de conclusão de curso "Autogestão, Tecnologia Social e Economia Solidária na América Latina. UNICAMP s/d, pa. 05 ,



seria a forma mais próxima de dar concretude ao que eles acreditavam como ideal de luta.

Imagem 1. Encontro do Universidade Popular



Fonte: acervo do autor.

Um dos textos que influenciou os militantes do coletivo foi *Miséria da teoria*, de E. P. Thompson, lido para destrinchar dois conceitos muito utilizados por Roseli Caldart: os conceitos de "experiência de classe" e de "consciência de classe". Outros textos importantes para o coletivo foram *Burocracia e ideologia* e *A escola como organização complexa*, de Mauricio Tragtenberg, além do clássico *O capital*, de Karl Marx.

O nome do coletivo foi influenciado por um texto de Daniel Caribé⁹ "Ensaio para uma universidade popular", lido por vários integrantes do UP. Esse texto delinea o que seria uma verdadeira universidade popular. Depois da sua leitura, os estudantes começaram a chamar o coletivo em formação de "Universidade Popular". Eles então, a partir das leituras e influências dos textos que foram lidos, passam a falar sobre coletividade, autonomia e autogestão, crítica dos partidos, movimento estudantil no Brasil e crítica às políticas do Partido dos Trabalhadores em 2007 (o que se relaciona às greves das universidades).

⁹ Daniel Caribé é mestre em Administração (Universidade Federal da Bahia) e trabalha com educação popular assessorando cooperativas e movimentos sociais.



Como integrantes do coletivo UP passam a ser dirigentes do MST?

Em 2010, dois integrantes da frente de comunicação passam a assumir a função de direção do MST na regional de São Paulo. Ou seja, estudantes estavam se constituindo não apenas como militantes orgânicos dentro do Movimento Sem Terra, mas estavam também se tornando lideranças da base. Nesse momento o coletivo UP começa a ter um grande mal estar. A ideia de disputar liderança ia de encontro ao que pensavam aqueles que acreditavam em auto-organização. Os mais libertários e freireanos passam a se sentir traídos, não aceitando que esses integrantes pudessem ser a liderança do povo. Para esses membros do coletivo UP conduzir o povo era uma ofensa. Era recorrente o discurso de que “não somos liderança, trabalhamos com a base, somos um apoio a ela e não lideranças”. Ou ainda, “não estamos aqui para formar ninguém, e sim para aprender com o povo”. Esse discurso teve muito apoio dentro do coletivo, influenciando muitos integrantes nas decisões entre fazer ou não fazer determinadas ações dentro do acampamento.

Já os que não estavam convencidos por esse discurso atenderam ao convite da direção regional de São Paulo para construir formação de base na periferia no interior de São Paulo. Nesse aspecto, eles não estavam sendo contraditórios com a prática do Movimento. Sobretudo, estavam sendo coerentes com aquilo que pensavam ser a melhor prática revolucionária.

Para Joana, integrante da frente de comunicação, o convite se deu também por uma relação de afinidade política entre os integrantes do UP que se destacavam em ações conjuntas com o Movimento e os próprios dirigentes regionais do MST:

O UP começou a atuar conjuntamente com o MST, e na época o Gilmar Mauro, que era dirigente Estadual, propôs que entrasse dois componentes do grupo. Na direção regional houve todo um conflito em relação a isso.

(...) é que foram convidadas duas pessoas que tinham um debate político um pouco mais afinado com o que a regional se propunha a fazer, foram convidadas as duas pessoas, mas depois disso foi levado para o coletivo. Só que isso não foi bem recebido pelo coletivo (UP), mesmo assim essas duas pessoas entraram para a direção regional, para o setor essencialmente de comunicação e formação. Era muito mais um setor operacional que um setor de fato de



direcionamento político, essa era a contradição e acabava sendo uma coisa de estar ali pra dar um suporte, dar um apoio, mas que não tinha uma isenção, não tinham voz, os dois estudantes estavam ali só para cumprir um papel importante. (entrevistada, julho de 2015, Joana).

Assim, segundo Joana, quando os membros da frente de comunicação se tornaram integrantes da direção regional do MST, eles não eram lideranças que poderiam fazer o que pensassem, eram um apoio, que cumpriam determinados papéis colocados pelo Movimento.

Como a frente de comunicação do UP tinha se aproximado bastante durante as suas atuações políticas dentro das reuniões do Movimento, os coordenadores regionais indicaram dois deles para integrarem a seção regional de São Paulo, no setor de comunicação e formação. Pode-se dizer que havia aí uma convergência no entendimento de como fazer política popular para o povo.

Por outro lado, embora se possa considerar a importância das referidas afinidades políticas no convite feito pelo Movimento aos membros da frente de comunicação, é importante enfatizar que outros integrantes do coletivo UP já tinham recebido convites para fazerem parte da coordenação de educação da regional do Movimento, mas recusaram em função da escolha de trabalhar diretamente com a base. Sendo assim, o fator mais determinante nessa questão dos cargos de direção era a opção por uma integração mais horizontal com a base do Movimento. Os membros do UP que seguiam essa orientação passaram a ter cada vez mais contato com a base, em detrimento do contato com as lideranças regionais, deixando muitas vezes de lado as reuniões em que se definiam pautas e decisões do Movimento regional. Eles passaram a escutar diretamente a base, atuando em atividades práticas dentro do acampamento Elizabeth Teixeira, como levantar barracos e construir alguns espaços para atuar com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a ciranda infantil, entre outras coisas.

As escolhas estavam sendo feitas a todo momento, e para esse grupo o importante era atuar com aquela base. Temia-se a possibilidade de gerar discórdia no MST, além, é claro, da intenção de fortalecer a própria base na influência dos processos decisórios do Movimento.

O coletivo UP vivenciava fortemente a vida cotidiana dos acampados do Elizabeth Teixeira. Diante dessa vivência, uma parte do UP permaneceu focada no cotidiano do acampamento, lidando com as suas dificuldades e propondo para os acampados e acampadas um suporte para o



planejamento das atividades que foram pouco a pouco se concretizando, como o cultivo de hortas, a educação de jovens, crianças e adultos, a construção da escola e a formação em agroecologia junto ao Movimento. Assim, o objetivo principal era apoiar o desenvolvimento do acampamento.

Pode-se dizer que esse trabalho do coletivo feito dentro do acampamento deveria ser realizado pelos diversos setores do MST. Mas diante da precariedade do Movimento nessa região de São Paulo (Limeira e Americana), o coletivo UP passa a envolver-se organicamente nesse trabalho. As tarefas que deveriam ser realizadas por setores como o da Produção e da Educação passam a ser assumidas como tarefas do coletivo por alguns anos.

Já a frente de comunicação estava sempre participando das reuniões do Assentamento Milton Santos, acompanhados da juventude local do Movimento, com quem fomentavam debates. Eles ainda colaboravam com o Jornal *Semeando*, que foi realizado junto com a juventude.

Com essas relações estabelecidas nos espaços da militância do MST a frente de comunicação recebe o convite feito pela direção regional do MST para participar de uma reunião. Eles são chamados por dois integrantes do Movimento que eram militantes há muito tempo e que faziam parte da direção regional, adiantando-lhes que eles seriam convidados para fazer parte da direção regional. Uma das pessoas da frente de comunicação questionou “mas quem vocês querem chamar para fazer parte da direção? O pessoal do coletivo UP ou o grupo do jornal?” (entrevista, 2016, Rosa). Ao questionar o MST sobre quem estava sendo chamado para participar das reuniões, a frente de comunicação já estava se colocando como um grupo à parte do coletivo UP, mesmo que essa não fosse a intenção naquele momento.

Normalmente, decisões sobre questões mais amplas, que extrapolavam problemas mais estritos e práticos, deviam passar pela deliberação de todo o coletivo. Porém, para a frente de comunicação não importava muito colocar as suas decisões em debate, já sabendo das diferenças políticas entre eles e o grande grupo. Sendo assim, no caso do convite eles discutiram internamente, entre a frente, se iriam aceitá-lo ou não, mas só colocaram para o coletivo UP depois da decisão já tomada e da reunião com o MST.

Segundo alguns entrevistados do coletivo UP o desconforto sobre a atitude estava relacionado à falta de debate e de companheirismo, pois os espaços conquistados dentro do Movimento foram uma construção do coletivo Universidade Popular e não apenas de uma frente. Com isso, esses



integrantes passam a ser vistos como pessoas arrogantes e vanguardistas, dentro do coletivo UP, por terem tomado uma decisão (entrar ou não para a direção regional do MST) que na visão da maioria do coletivo UP caberia a todos os integrantes.

As reuniões internas nesse momento estavam sendo palco de disputa política ideológica, com a discordância central entre aqueles que defendiam uma intervenção com direcionamento político para desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores e os que aderiram à educação popular, acreditando na autogestão como princípio de respeito à autonomia da base do próprio MST. Para José Silva,

2010 foi uma loucura (...) foi a gente ser convidado pelo Movimento Sem Terra e entrou um outro grupo com o qual a gente não tinha muito afinidade, mas a gente permitiu trabalhar junto com a gente. Aí eles se tornaram militante, a gente não. Por outro lado, a gente deixou um buraco (...). Não podemos culpar as pessoas também. 2011 houve uma ocupação de terra bem marcante, e aí a gente estava mais maduro como educadores, com mais estrutura e avançamos como coletivo. (entrevistado José Silva, 9 de setembro, 2015).

No entendimento de José Silva, o convite feito pelo MST deveria ser feito ao coletivo UP e não apenas à frente de comunicação.

Deve-se sublinhar que com a ocupação¹⁰ em 2011 todos os integrantes do UP passam a fazer parte da organização estrutural do acampamento, uns fazendo a ciranda com as crianças, outros fazendo trabalhos pontuais em barracos, tentando auxiliar no que podiam junto com os integrantes da frente de comunicação e com os novos dirigentes do MST.

Mas, já no fim de 2010, é a frente de comunicação que se consolida como parte do MST, passando a integrar um grupo de lideranças que tem a função de coordenar a base dos Sem Terra. Eles fazem então a formação política de acordo com o modelo do Movimento. Nessa formação eles retomam junto com os integrantes radicais do MST a maneira antiga que o Movimento fazia para ocupar terras. Nas palavras de Rosa, integrante da frente de comunicação:

¹⁰ Ocupação Helenira Rezende, feita em 2011 na cidade de Americana estado de São Paulo, ocupada por 600 famílias. Essa ocupação foi organizada pelos recentes militantes do coletivo UP junto com os militantes do MST.



O nosso lema era “vamos voltar às raízes do MST”. (...) Tem um textinho que chama “Ocupação é a solução”. E “Ocupação é a solução” é um lema do MST, (...) aquela coisa “reforma agrária na lei ou na marra”, “ocupação é a solução”. Então era muito assim, vamos voltar às raízes do Movimento. Vamos voltar à sua radicalidade perdida, digamos assim, vamos retomar aquela radicalidade. A gente acreditava que isso era possível, a partir da vontade, da determinação de um grupo bem intencionado. (Entrevista de Rosa, 22/02/2016).

Entre 2010 e 2011, houve um conflito entre os membros do MST da coordenação regional de São Paulo da região Campinas, Limeira e Americana. Os dirigentes discutiam sobre as ocupações e a postura do governo federal com o MST. Reflexões críticas ao governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) estavam sendo feitas por diversas coordenações do MST nas regiões do Brasil, e inclusive por parte da coordenação do Assentamento Milton Santos (município de Americana - SP) que estava próxima da frente de comunicação do coletivo UP, tendo também aproximação com a direção do acampamento Elizabeth Teixeira (município de Limeira - SP). Assim, muitos assumiram a postura de franca oposição ao governo federal.

A frente de comunicação, por sua vez, escrevia o jornal *Semeando a Terra* com a juventude sem terra, fazendo um trabalho de informação sobre a política nas áreas ocupadas, a situação entre os acampamentos locais e os trabalhadores das usinas, esclarecendo sobretudo sobre quem mandava nas terras da região, quem eram os grandes proprietários. Em meio a essas questões, a frente trazia ainda uma pauta importantíssima e polêmica: a questão de se saber de qual lado o governo do PT estava. Isso chamou a atenção de um dos dirigentes regionais do Movimento, que era do acampamento Elizabeth Teixeira. Ele então pediu à frente de comunicação para que eles não se colocassem de tal maneira, isto é, que não expusessem tão dura e veementemente a sua crítica ao governo, que não iria ser legal. Segundo uma das entrevistadas da frente de comunicação a publicação do jornal com o ataque frontal ao governo deixou o dirigente do MST preocupado, por isso ele começou a ir algumas vezes às reuniões dos jovens para entender o que estava acontecendo. De fato, esses conflitos em torno da questão de ser ou não favorável ao governo estavam mexendo com todos que estavam integrados na luta pelas políticas agrárias no Brasil.



O Movimento Sem Terra não conseguia trabalhar diretamente com essas áreas da região de São Paulo, deixando um certo vazio organizativo que permitira ao coletivo UP se organizar de forma autônoma com a base. O UP passa de certa forma a ser um elemento aglutinador dos grupos de sem-terra da região, contribuindo para que se forjasse uma unidade territorial e política naquele espaço. Mas, ainda assim, insistia no discurso de que “não somos sem terra, somos estudantes que atuamos naquela área diretamente com a base”. Enquanto a frente de comunicação tomava fôlego para continuar na dinâmica de ocupação de terra e com a ideia do processo de formação política, a outra parte do Universidade Popular estava atuando com a base sem querer relações diretamente com a direção e coordenação do Movimento.

Em um dos jornais escrito pela frente de comunicação encontramos os seguintes títulos: “Na crise o governo beneficia os empresários e não defende os direitos dos trabalhadores”, “MST luta contra a redução de verbas do Governo para a Educação!” e “O lucro crescente dos empresários produz lixo, impedindo a Reforma Agrária de produzir alimentos baratos e saudáveis para a população”. Nos textos atacavam-se de maneira direta os rumos da economia brasileira e determinadas escolhas políticas do PT. Entendia-se que o PT reduzira os gastos para a educação pública e o apoio às políticas empresariais do agronegócio, deixando de lado as políticas de reforma agrária e privilegiando os empresários brasileiros e as multinacionais em detrimento dos trabalhadores.

Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho do jornal *Semeando*, escrito pelos jovens sem terra com a orientação da frente de comunicação em 2009:

Para discutir um acordo pela melhoria das condições de trabalho no campo, empresários sentaram à mesa de negociação junto ao governo e trabalhadores rurais no início deste ano. Nesse acordo o governo não conseguiu tirar dos empresários avanços básicos para os trabalhadores, como a criação de um piso salarial nacional. O atual sistema de pagamento por produção leva os cortadores de cana a trabalhar até a exaustão e a morte. (...)

Além disso, os usineiros não foram obrigados a cumprir os poucos pontos positivos aceitos. Por outro lado, enquanto se negou aos trabalhadores melhorias de salários e alimentações, o governo em 2008 emprestou 1 bilhão de



reais para usinas acusadas de condições degradantes do trabalhador.

Frente a isso Lula prefere investir em seus amigos empresários do que defender o povo trabalhador. Temos que colocar um basta nesta situação. Quantos trabalhadores terão de morrer de tanto trabalhar para salvar empresários que recebem milhões do governo? (Jornal *Semeando*, 2009, Campinas, SP)¹¹.

A partir desse trecho fica evidente a formação política que os integrantes do UP estavam fazendo com a juventude, eles articulavam as leituras de acordo com os acontecimentos políticos em torno das questões agrárias e voltavam-se para críticas diretas ao governo federal. A partir dessas leituras os jovens debatiam e elaboravam o jornal, escrevendo textos, desenhando charges, publicando fotos etc. Com o apoio de um sindicato de esquerda os jornais eram impressos.

O jornal era um meio de informação para os sem terra das áreas do acampamento Elizabeth Teixeira, do Assentamento Milton Santos e do acampamento Roseli Nunes. Ele também era marcado por poemas, textos de reflexão e desenhos dos jovens sem terra.

Em suma, pode-se dizer que a juventude sem terra estava sendo formada politicamente pela frente de comunicação, que estava também articulada com a coordenação intelectual do Assentamento Milton Santos, linha minoritária dentro do Movimento. O restante do coletivo UP evitava esse tipo de interferência direta na orientação política, especialmente no que diz respeito às polêmicas problemáticas sobre a reforma agrária e a relação do MST com o governo comandado pelo PT.

As articulações entre grupos de linhas divergentes, tanto do coletivo UP como do próprio MST, se dava em função também da avaliação sobre a conjuntura política mais ampla. Embora todos do coletivo UP fossem em alguma medida críticos ao governo comandado pelo PT, os integrantes da frente de comunicação assumiram uma postura de oposição radical ao governo enquanto os demais optavam por uma via de não confronto direto, insistindo em mediações com o MST, o governo e o PT. Quer dizer, de um lado havia aqueles que não acreditavam em nenhuma possibilidade de diálogo ou de disputa do governo “por dentro” da sua institucionalidade. E de outro havia aqueles que persistiam na postura de fazer apenas o

¹¹ Jornal *Semeando*, 3ª edição, Campinas, SP, agosto de 2009.



tensionamento político “interno”, sem romper com o MST e sem fazer condenação pública do governo do PT. Em certa medida, essa postura tinha a ver com uma avaliação menos negativa do governo, talvez o considerando, dentro das possibilidades eleitorais imediatas, o que havia de melhor ou de “menos pior” frente às forças políticas mais conservadoras e reacionárias do Brasil.

Para Rosa, o UP, através de suas atividades organizativas, conquistou espaço dentro do MST:

“existia um reconhecimento do Movimento (...) que todas atividades do UP eram atividades mais ricas e bem organizadas que estavam acontecendo aqui na região (...). E pensando todas as frentes do UP, a ciranda, a EJA, e aí vai abrindo outras frentes, como agroecologia e o negócio vai crescendo. (Rosa, 02, fevereiro 2016).

Como o coletivo estava todo articulado com a base, se organizando por frentes, essa ideia de organização feita pelo UP é muito parecida com a organização do MST. Além disso, os integrantes do UP passam a participar organicamente das reuniões, mutirões e ocupações do MST.

A adoção desse modelo organizativo e a forma que o coletivo UP escolheu para trabalhar com os sem terra mostravam para o MST que estava atuando de maneira orgânica. Essa percepção do Movimento contrastava com a auto-imagem de muitos dos integrantes do coletivo UP. Nos debates internos revelavam que não se sentiam capazes ou à vontade em serem considerados militantes orgânicos. É claro que enquanto havia membros que negavam a condição de intelectuais orgânicos, acabamos de ver a posição oposta da frente de comunicação, que integrava e fazia trabalho de base com a juventude do MST, conscientemente assumindo a condição de intelectuais orgânicos.

Já a frente de EJA comprometia-se sobretudo com a humanização das relações, no sentido de dar um salto qualitativo nas relações intersubjetivas. Por meio da educação popular, esses integrantes do UP querem aprender a entender o lugar do outro (os sem terra), como é ser sem terra, como é respeitar o outro da maneira que eles vivem, considerando que nós éramos de outra classe social, éramos estudantes numa universidade elitizada, levávamos uma vida confortável, na qual temos tudo o que precisamos e



passamos a conviver com pessoas que não faziam parte da nossa realidade social.

Por sua vez, a aceitação dos integrantes do UP para compor a direção regional era coerente com o que eles acreditavam teoricamente e com as práticas que vinham desenvolvendo, como a confecção do já referido jornal. Ao começarem a atuar com a coordenação local mais radical, eles se unem aos que passam a divergir da linha da direção nacional do MST, centrada em João Pedro Stédile, e da direção estadual da época, que tinha à frente Gilmar Mauro.

Com isso conseguimos entender que as tensões estavam sendo produzidas por meio da realização de determinadas ideias distintas e, por vezes, sob certos aspectos, divergentes. Quando colocadas em prática, perfaziam-se caminhos diferentes. As escolhas teóricas e metodológicas, em última instância fruto de convicções que carregam um componente de crença, afastaram e tencionaram os dois grupos que se conformaram no interior do coletivo UP.

Enquanto um grupo estava pensando em estabelecer a orientação teórico-metodológica de Paulo Freire para fortalecer a base do acampamento Elizabeth Teixeira e assim reforçar a resistência e a luta pela reforma agrária naquele espaço, o grupo da frente de comunicação, dedicando-se também a estudos separados do Coletivo, acompanhava politicamente os dirigentes do Assentamento Milton Santos.

Construção de um acampamento em 2011 pelo grupo de comunicação do coletivo UP.

A construção de uma ocupação chamada Helenira Resende¹², em 2011, foi um trabalho de base da coordenação regional do MST, composta pelos integrantes da frente de comunicação do UP e pela coordenação do Assentamento Milton Santos. Em 2010, esses integrantes percorreram várias regiões do Estado de São Paulo e, inclusive, outros estados brasileiros para conhecer o trabalho do Movimento.

Na ocupação Helenira Resende os dirigentes da regional de Americana do MST tencionaram pela escolha de uma área próxima ao Assentamento Milton Santos, onde havia mais um acampamento chamado de Roseli Nunes. O grupo de comunicação do UP que fez a formação de

¹² Sobre a ocupação Helenira Resende ver: <http://passapalavra.info/2011/09/46649/>



base das famílias para essa ocupação tiveram a ideia de uni-la ao acampamento Roseli Nunes, formado por pessoas que viviam há um tempo nas proximidades do Assentamento Milton Santos. O acampamento Roseli Nunes era um lugar mais periférico, sem estrutura física adequada para se viver dignamente e constituído de pessoas que tinham uma condição de vida pior que a dos assentados que moravam ao lado.

Então a ideia foi unir forças entre quem já tinha uma experiência em ocupação com aqueles que iam fazê-la pela primeira vez. Nesse momento dois membros do MST que residiam no Assentamento Milton Santos, e que representavam a linha mais radical do Movimento naquela região de São Paulo, revelaram para os novos integrantes do Movimento que iriam sair do MST. Em reação, esses integrantes os pressionaram para não saírem naquele momento, para esperarem um pouco mais, pois era necessário que eles continuassem na direção para apoiar a próxima ocupação.

Os novos integrantes do MST formavam em torno de 500 famílias. A contribuição do coletivo UP para a ocupação foi na realização de tarefas que já fazíamos no acampamento Elizabeth Teixeira.

O coletivo todo contribuiu com o novo acampamento de acordo com as possibilidades, realizando campanhas de arrecadação de fundos para infraestrutura e comparecendo nos atos de apoio. Estivemos lá também quando, infelizmente, esse acampamento foi despejado, (COLETIVO UNIVERSIDADE POPULAR, pág. 27, 2015).

Ou seja, o coletivo UP como um todo deu apoio ao acampamento Helenira Resende. Ainda que não fosse consenso dentro do UP a atuação de companheiros de coletivo no papel de liderança pelo Movimento, decidiu-se pelo apoio à ocupação por se tratar de uma ação do MST com base popular. Vivíamos aí a contradição entre os nossos papéis: não queríamos ser liderança, mas indiretamente nos tornamos. Alguns acampados que atuavam como coordenadores dentro do acampamento não viam com bons olhos a indicação de estudantes do coletivo UP para funções de direção da seção regional do MST, pois se imaginava que haveria de serem os próprios acampados em processo de formação política que viriam a assumir tais funções. Alguns integrantes do UP já sabiam desses questionamentos, sentiam a tensão das polêmicas dentro do acampamento Elizabeth Teixeira e do Assentamento Milton Santos, em razão das nossas intervenções naquele espaço.



Classe, “basismo” e hierarquia: conflitos entre *praxis*

O coletivo UP tinha uma grande preocupação com o tipo de relações que estava tecendo com os sem terra. A forma mais adequada era objeto de muita polêmica. A frente de comunicação questionava se o coletivo estava no espaço dos sem terra como um grupo de militantes ou de assistencialistas. Ao que os demais membros retorquiam com a questão da classe a qual nós pertencíamos. Para uma parte do UP, incluindo aqueles de tendência libertária que travavam um forte debate com a frente de comunicação, era evidente que as decisões concernentes aos acampamentos e assentamentos não poderiam ser nossas e sim da base do MST.

A preocupação colocada sobre a questão de classe era especialmente relevante para aqueles que já se orientavam por uma linha claramente freireana. Eles acreditavam na educação popular e na luta feita de maneira pontual como apoio à resistência naquela comunidade.

Para a frente de comunicação o basismo era um erro no qual o coletivo UP deixava de assumir a responsabilidade pelos rumos políticos concernidos à luta social pela terra com a qual se envolvera. Mas para o resto do UP não assumir o papel de líderes, incumbidos de fazer formação política tradicional (de formação de quadros), era uma escolha coerente com a intenção da educação popular. Eles acreditavam que aprender daquela maneira junto com a base através do Movimento Sem Terra fazia mais sentido para a prática numa linha de educação popular do que ser liderança numa linha vanguardista¹³.

Outro tema permanente dentro do coletivo UP era o da hierarquia do MST. Isso era muito falado, pois os integrantes que trabalhavam com a base sentiam o quanto ela estava sem informações, desde a questão das informações jurídicas sobre a área ocupada até as questões políticas do Movimento. Em vários momentos, inclusive na frente da EJA, os integrantes do Universidade Popular eram chamados pela base do acampamento para fazer formação política, pois criticavam a coordenação local do Movimento. Se por um lado era evidente que se tratava também de um problema de relações pessoais, onde acampados se indispunham com a coordenação do acampamento e com os dirigentes regionais, havia o argumento de que o

¹³ A frente de comunicação foi chamada muitas vezes de vanguardista pelos integrantes que acreditavam na educação popular de maneira auto organizativa.



acampamento fora deixado de lado, e que muitas pessoas que viviam naquela comunidade já nem sabiam mais o que era ser um sem terra.

Os integrantes da linha da educação popular escutavam muito a base, mas muitas vezes nas reuniões internas quando se era colocado que fomos chamados para sermos formadores políticos da base dentro do acampamento o debate se dava de uma maneira superficial, talvez porque achássemos que o nosso trabalho da EJA com os círculos de cultura já fosse um trabalho de base. Conquanto reconhecêssemos nossas próprias limitações, entendíamos que a educação popular nos colocava numa relação mais horizontal com a base do Movimento, o que implicava em “formação de base” para ambas as partes do processo educativo. Então, para a maioria de nós, havia a concepção de que éramos aprendizes da luta, estávamos aprendendo com o povo no dia a dia e com o MST.

Para Simone, a organização do MST teoricamente entra em contradição com a forma de pensar a autogestão:

O MST tem a forma organizativa por dirigentes, núcleo de base, enfim a gente era horizontal. Só que a gente tinha que lidar com isso, às vezes a gente queria uma coisa super horizontal, mas chegava lá a gente tinha que falar com o dirigente de tal setor, de tal área, sempre assim. Isso colocava em choque o nosso jeito de fazer, tinha vez que lidava um pouco melhor, reconhecendo que tinha essa coisa de direção, mas às vezes a gente conseguia (...). Usava uma metodologia mais autogestionária, e aí esbarrava na hierarquia do próprio MST, por exemplo, fazia uma reunião das mulheres para decidir o que fazer, as mulheres discutiam, aí vinha o MST e barrava a decisão das mulheres, com a decisão da estadual para dizer o que ia fazer. Aí o nosso trabalho tinha sido só de aparência. Isso era uma coisa dentro do grupo que a gente discutia, tinha gente que ficava mais brabo com isso, mais revoltado e tinha gente que lidava melhor com as instâncias organizativas do MST. (ex-integrante do UP Simone, 9 de agosto, 2016).

O coletivo sempre organizava uma pauta de modo horizontal, respeitando a base do Movimento, respeitando as escolhas da base. Nós colocávamos de maneira clara as questões em jogo para que eles pudessem decidir determinadas ações que íamos fazer em conjunto. Mas o Movimento trazia resoluções de cima para baixo, eram sempre as lideranças que



escolhiam e diziam como deveria ser. Isso causava um transtorno enorme para aqueles do UP que acreditavam na autogestão.

Conclusão

Vimos que as propostas do UP por vezes colidiam com propostas do MST. Acreditamos que a dificuldade em obter consenso tinha a ver também com a diferença de efetiva proximidade com a realidade local. Apesar de não morarmos dentro do acampamento a nossa relação com as pessoas em seu território era mais intensa, estávamos presentes em quase tudo, desde os mutirões a processos de formações da educação popular, de escrita de jornais, formação agroecológica etc.

Isso nos remete a pensar sobre a militância na dimensão do cotidiano. Encontramos em Calado (1997) importante discussão a esse respeito:

O "cotidiano", enquanto categoria - e a exemplo de tantas outras - tem sido objeto de diferentes abordagens, de acordo com as perspectivas teórico-metodológicas que as orientam. Uns acentuam mais sua dimensão psico-social, enquanto outros tratam de enfatizar aspectos mais diretamente sociológicos. Uns e outros, ao acentuarem traços diferentes observáveis nas relações do cotidiano, não o fazem apenas sob o olhar específico do seu domínio preferido: também se deixam impregnar de diferentes visões de mundo. (CALADO, pág. 06, 1997).

Com relação ao pensamento do autor sobre o cotidiano, a prática do coletivo UP se deu das duas maneiras, tanto pela dimensão psicossocial como pelo aspecto sociológico. Os grupos do coletivo procuraram atentar para esses dois fatores, desenvolvendo suas metodologias estratégicas para entender a realidade do povo. Com isso, as teorias vão sendo entrelaçadas com as suas respectivas práticas, tendo em vista as relações *humanas/sociais* envolvidas com o trabalho dos populares. O autor ainda se refere ao cotidiano como um envolvimento de situações e experiências que perpassam a nossa maneira de *jeitos/modos* de *gerir/articular*, que fazem ressignificar as nossas ações, as expressões do nosso corpo, a nossa subjetividade, passamos a ter outras potencialidades a partir da nossa tomada educadores de consciência diante dos *limites/sombras/misérias* que encontramos com os acampados. O nosso cotidiano passa a ter outras vestes, ou seja, estamos sendo também modificados, transformados diante



das relações, aprendendo a entender a ética dentro das relações pessoais nas situações de conflitos. Então para nós é evidente que o coletivo Universidade Popular se transformara nesse cotidiano vasto de sensações, emoções e conflitos.

A experiência do coletivo UP se constrói em uma multiplicidade de situações imersas no cotidiano. Podemos destacar dois pontos dessa experiência: o primeiro é o amadurecimento intelectual (teoria e prática) do coletivo UP, potencializando a sua capacidade de lidar com as diferenças dentro e fora do próprio coletivo, transformando-se estudantes em militantes dentro de um dos maiores movimentos sociais do mundo.

Uma coisa interessante é pensar que essas divergências não foram para além do espaço do coletivo, não eram levadas para os espaços do MST, pois eles sabiam que isso não poderia acontecer, e nisso o coletivo se mostrou muito maduro.

O segundo ponto é que o coletivo conseguiu trabalhar dentro dessa diversidade com o MST, ele teve um crescimento de conscientização de como trabalhar em coletivo e com o povo. Com essa singularidade os dois grupos do UP cresceram juntos, amadureceram e não deixaram de lutar junto com os sem terra.

Graças a essa maturidade conquistada ele conseguiu desempenhar de forma séria o seu trabalho. Isso foi decisivo para o êxito do trabalho do coletivo e para as lutas realizadas durante o período de divergências¹⁴.

Referências

- CALADO. Alder Julio Ferreira. **Ensaio de Passos de Uma Utopia Libertadora**: o cotidiano como oficina de tecelagem. João Pessoa, PB. COLETIVO UNIVERSIDADE POPULAR (Org.). **Na autonomia do povo, o poder popular**: experiências com Educação Popular no acampamento Elizabeth Teixeira. Campinas, 2013.
- CARIBÉ, Daniel. **Ensaio para uma universidade popular**. Disponível em <http://gtup.files.wordpress.com/2010/06/univesidade-popular.pdf>, acessado fevereiro, agosto 2017.

¹⁴ O coletivo UP se desfez em 2015. Atualmente temos ex-membros do UP atuando em movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).



- HILSENBECK Alex. Assentamento Milton Santos: uma luta – por fora e por dentro – da esquerda para garantia do território (1ª parte). **Revista: Passa Palavra** <http://passapalavra.info/2014/05/95285>
- MELO, Ana Paula Ferreira de et al. **Na Autonomia do Povo o Poder Popular: experiência com educação popular no acampamento Elizabeth Teixeira.**
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio. Entrevista. In: **Revista Carta Capital**, 12 de janeiro de 2011.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre Educação, política e sindicalismo.** São Paulo: Cortez, 1990.

Recebido em 07 jun. 2021 | aceite em 20 jul. 2021.

